

Uma das regras do Plano Real, fundamental para liquidar o mecanismo da indexação, que reajustava os preços presentes pela inflação passada, foi a proibição de reajustes (preços, salários e tarifas públicas) a intervalo inferior a 12 meses. O preceito, que obrigou a controle geral de custos, está ameaçado com a desvalorização do real.

Para evitar que os impactos causados pela alta do dólar se transformem em subsídios transferidos à sociedade pelas empresas estatais que mantêm o monopólio de geração da energia da Itaipu Binacional (cotada em dólar) e pela Petrobras, no petróleo, o governo encurtou os prazos. E quebrou a regra de confiança da sociedade no Plano Real.

Com a possibilidade de que os combustíveis tenham novo aumento de 7,5% nas refinarias da Petrobras (98,5% do petróleo refinado no país) ainda este mês ou no começo de maio, a gasolina, o diesel, o gás de cozinha (GLP), o querosene de aviação e demais derivados de petróleo podem acumular dois reajustes em apenas dois meses.

O último aumento entrou em vigor dia 11 de março. Seria o terceiro reajuste dos combustíveis este ano, já que em janeiro o consumidor amargou o primeiro aumento, pela cobrança das novas alíquotas da Cofins. Como o DAC não autorizou aumento superior a 10,8% nos preços das passagens aéreas, quando o querosene de aviação subiu 20%, as companhias querem cobrar mais 30% dos Correios pelo transporte de cartas e correspondência nos aviões, sobretudo em vôos noturnos.

Desde a desvalorização do real está ocor-

rendo incrível assimetria entre os setores público e privado quando se trata de repasses de custos para os preços. Embora tenham tido prejuízos em janeiro e fevereiro com o súbito aumento de suas dívidas em dólar, e aumento dos custos nos insumos e mercadorias importados, as empresas privadas não tiveram liberdade total de repassar os custos para os preços.

E o motivo é simples: como os consumidores, sobretudo os assalariados, não tiveram aumento de seus ganhos. Quem determina o grau da transferência dos custos é a capacidade de absorção pelo mercado.

Já no setor público, o compromisso de redução do déficit fiscal, acertado com o FMI, vem forçando empresas que fornecem insumos essenciais a repassar integralmente custos decorrentes de aumentos de impostos, do dólar (para o petróleo e a energia fornecida por Itaipu) e dos preços do mercado internacional (no caso do dólar).

O governo aproveita a falta de concorrência para o insumo que fornece (a energia de Itaipu e o petróleo importado) para impor preços ao setor privado. As distribuidoras de energia privatizadas equilibram nominalmente os custos, mas o consumidor tem de reduzir o gasto de energia para evitar curto-circuito no salário.

O governo conseguiu, com a queda do dólar, dos juros e das projeções sobre a inflação, esvaziar o debate sobre a indexação dos salários. Mas, com esse choque tarifário, pode estar dando razão ao consumidor de perguntar por que só o seu cinto deve ser apertado.